



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

PLANO DE ACTIVIDADES

XI LEGISLATURA

2.ª Sessão Legislativa

Na 1.ª sessão legislativa da presente Legislativa, a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura (CESC) exerceu as suas atribuições e competências em quatro áreas – ética, comunicação social, cultura e sociedade da informação –, tendo as três primeiras assumido um papel muito relevante nos trabalhos da Comissão.

É de destacar a criação do grupo de trabalho do registo de interesses, que desenvolveu um trabalho muito importante na avaliação e análise das declarações entregues pelos Deputados, bem como o cumprimento rigoroso de prazos, não existindo quaisquer matérias pendentes, em atraso, no exercício desta competência na Comissão.

Na área da Comunicação Social, a actividade da Comissão foi particularmente intensa nesta sessão legislativa, não no plano legislativo, mas sim no âmbito das suas competências de fiscalização política, onde cumpriu uma agenda de trabalhos exigente e de enorme visibilidade pública.

Na área da Cultura, é de registar o desenvolvimento de iniciativas relativas ao subsector dos museus, incluindo visitas externas, e o acompanhamento das Comemorações do Centenário da República.

Para a 2.ª sessão legislativa da XI Legislatura, a par das suas competências regimentais, nomeadamente de audições governamentais regulares, a CESC propõe-se continuar a desenvolver a sua actividade pelas seguintes áreas:

I. ÉTICA

Continuação do sistemático tratamento de todas as questões suscitadas pela aplicação do Estatuto dos Deputados, dando-se uma especial atenção à aplicação das regras de publicidade e transparência dos registos de interesses e à dinamização de procedimentos internos que conduzam a uma redução dos prazos de resposta a todas as solicitações que incidam sobre assuntos relacionados com o Estatuto dos Deputados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

II. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Continuação da realização de um conjunto de audições, decorrentes ou não de obrigação legal, de entidades na área da comunicação social, incluindo a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, os Provedores do Ouvinte e do Espectador, o Conselho de Administração da RTP bem como os directores de informação e programas daquela empresa, o Conselho de Opinião da RTP, a Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social e o Sindicato dos Jornalistas.

Continuação do acompanhamento dos Acordos de Parceria entre os órgãos de Comunicação Social e os poderes públicos e económicos, bem como das questões relacionadas com patrocínios e fluxos de dinheiros públicos nesta área.

Continuação do acompanhamento do cumprimento da legislação sobre publicidade.

Acompanhamento das obrigações de serviço público de televisão relativo às pessoas com necessidades especiais.

III. CULTURA

Avaliação sobre a temática dos direitos de autor: ponto da situação actual ao nível nacional e europeu, novos desafios postos pelas novas plataformas da sociedade de comunicação, a protecção dos direitos de autor e a partilha de ficheiros na Internet.

Avaliação da política de preservação do Património Histórico e Cultural, incluindo a realização de visitas.

Realização de audição sobre as questões relacionadas com a rede de cineteatros, inserida no processo legislativo em curso.

Continuação da avaliação da situação museológica nacional e funcionamento da Rede Nacional de Museus, nomeadamente através da realização de visitas.

Avaliação do impacto das opções de empresarialização adoptadas no âmbito do Ministério da Cultura.

Realização de audição pública sobre o potencial das indústrias culturais e criativas.

Acompanhamento político:

- Do Plano Nacional de Leitura;
- Do regime de apoios financeiros do Estado aos artistas e aos criadores, bem como às artes e às indústrias criativas e culturais;
- Da política da língua enquanto eixo fundamental da política cultural;
- Da expansão da rede de bibliotecas e arquivos dos municípios;
- Da regulamentação da Lei de Bases do Património e do Regime Jurídico dos Bens do Domínio Público;
- Das Comemorações do Centenário da República – 2010;
- Do processo relativo a “2012- Guimarães Capital Europeia da Cultura”;
- Da execução do QREN no âmbito da política cultural;
- Da situação das estruturas e serviços públicos de arqueologia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

IV. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Acompanhamento do Plano Tecnológico e do Plano Tecnológico da Educação.
Realização de uma Conferência Parlamentar sobre tecnologias abertas no Estado, abordando as políticas de interoperabilidade, a adoção de formatos abertos de documentos e a utilização de software livre.

Palácio de São Bento, em 14 de Julho de 2010

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

XI Legislatura

2.ª Sessão Legislativa

Proposta de Orçamento

1 – Avaliação da política de preservação do Património Histórico e Cultural, incluindo a realização de visitas.

Orçamento total: 6 400€

2 – Realização de audição sobre as questões relacionadas com a rede de cineteatros (realizada em formato de conferência/seminário de nível nacional)

Coffee-break	7€+IVA/pessoa/100 pessoas = 735€/coffee-break
Refeição:	35€+IVA/pessoa = 550€
Arranjo floral	91€+IVA = 110€
Registo fotográfico (1 dia)	400€+IVA = 500€
Convites	500€+IVA = 600€
Outros	270€
Total	3500€

3 – Avaliação da situação museológica nacional e funcionamento da rede nacional de museus (se realizada com recurso a visitas)

Orçamento total: 6 400€

4 – Realização de audição pública sobre o potencial das indústrias culturais e criativas

Coffee-break	7€+IVA/pessoa/100 pessoas = 735€/coffee-break
Refeição:	35€+IVA/pessoa = 550€
Arranjo floral	91€+IVA = 110€
Registo fotográfico (1 dia)	400€+IVA = 500€
Convites	500€+IVA = 600€
Outros	270€
Total	3500€



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

4 – Realização de uma conferência parlamentar sobre tecnologias abertas no Estado, abordando as políticas de interoperabilidade, a adopção de formatos abertos de documentos e a utilização de software livre

Coffee-break	7€+IVA/pessoa/100 pessoas = 735€+IVA/coffee-break	1470€ (2 coffee-breaks)
Refeição:	35€+IVA/pessoa	672€ (1Dep/GP+oradores)
Arranjo floral	91€+IVA	110€
Registo fotográfico (1 dia)	400€+IVA	480€
Convites:	500€+IVA	600€
Ofertas aos oradores	Média de 50€/oferta	400€
Total		3750€

5 – Recepção da delegação da Comissão de Imunidade, Incompatibilidade e Mandatos da Assembleia Nacional da Hungria

Almoço	35€+IVA/pessoa	550€ (delegação + 1Dep/GP)
Oferta à delegação	Média de 50€/oferta	250€
Total		800€

Orçamento total da Comissão para 2011: 24 350€

Palácio de São Bento, em 14 de Julho de 2010

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)